

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC(IM) FELIPE LEANDRO MOREIRA RIBEIRO

**OPERAÇÕES *DESERT SHIELD* E *DESERT STORM*:
Uma Análise Comparativa da Atuação do NAVCENT e do MARCENT
com as Tarefas Básicas do Poder Naval do Brasil.**

Rio de Janeiro

2024

CC(IM) FELIPE LEANDRO MOREIRA RIBEIRO

**OPERAÇÕES *DESERT SHIELD* E *DESERT STORM*:
Uma Análise Comparativa da Atuação do NAVCENT e do MARCENT
com as Tarefas Básicas do Poder Naval do Brasil.**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-IM) SHORT

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por zelar por mim e minha família, concedendo-nos saúde, força e perseverança. Sua proteção e bênçãos foram pilares durante esta jornada.

À minha amada esposa, Thayane, pelo amor incondicional, suporte constante e pelos inúmeros sacrifícios que fez para que eu pudesse perseguir meus objetivos acadêmicos. Você foi meu porto seguro nos momentos mais desafiadores.

Aos meus queridos filhos, Eduardo e Luiza, que com sua alegria e carinho proporcionaram a motivação necessária para seguir adiante mesmo nos períodos mais intensos deste percurso.

Aos meus pais, Scylas e Fátima, pelo amor, educação e valores que me formaram como pessoa e profissional. O exemplo de vocês sempre foi minha inspiração e meu guia.

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) Short, pelas orientações precisas, que muito contribuíram para o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho.

Por último, agradeço à Escola de Guerra Naval e a todo o corpo docente pelo ambiente de aprendizado e pelo comprometimento com nossa formação.

RESUMO

O presente estudo tem como propósito examinar as similaridades e diferenças entre as ações realizadas pelo Naval Force Central Command e pelo Marine Central Command durante as Operações *Desert Shield* e *Desert Storm* e as Tarefas Básicas do Poder Naval do Brasil relativas à defesa nacional. A importância desta pesquisa está na capacidade de compreender o papel exercido pelas forças navais dentro do âmbito de operações conjuntas, refletir sobre as funções essenciais da Marinha do Brasil no contexto geopolítico atual e estimular possíveis aprimoramentos para a doutrina existente. Utilizando um desenho de pesquisa comparando a teoria com a realidade, o estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica e documental. Ao comparar a atuação do NAVCENT e MARCENT com as Tarefas Básicas do Poder Naval do Brasil, observa-se a existência de correspondências importantes, especialmente no que tange às tarefas relacionadas ao "Controle de Áreas Marítimas", à "Negação o Uso do Mar" e à "Projeção de Poder". No entanto, as funções essenciais do Poder Naval norte-americano "Dissuasão" e "Acesso Operacional", empregadas no decorrer da Guerra do Golfo, destacam divergências nas atribuições do Poder Naval entre a Marinha do Brasil e a Marinha estadunidense.

Palavras-chave: *Desert Shield*. *Desert Storm*. NAVCENT. MARCENT. Tarefas Básicas do Poder Naval.

ABSTRACT

Desert Shield and Desert Storm Operations: A Comparative Analysis of NAVCENT and MARCENT's Performance Against Brazil's Basic Naval Power Tasks

The present study aims to examine the similarities and differences between the actions carried out by the Naval Force Central Command and the Marine Central Command during Operations Desert Shield and Desert Storm and the Basic Tasks of Naval Power in Brazil related to national defense. The importance of this research lies in the ability to understand the role played by naval forces within the scope of joint operations, reflect on the essential functions of the Brazilian Navy in the current geopolitical context, and stimulate possible improvements to the existing doctrine. Using a research design comparing theory with reality, the study was conducted through a bibliographic and documentary review. Comparing the actions of NAVCENT and MARCENT with the Basic Naval Power Tasks of Brazil, important correspondences are observed, especially regarding tasks related to "Sea Control", "Sea Denial", and "Power Projection". However, the essential functions of the American Naval Power "Deterrence" and "Operational Access", employed during the Gulf War, highlight differences in the Naval Power assignments between the Brazilian Navy and the United States Navy.

Keywords: Desert Shield. Desert Storm. NAVCENT. MARCENT. Basic Tasks of Seapower.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Relações entre Estratégia e Arte Operacional	17
FIGURA 2 - Campos de Atuação do Poder Naval	21
FIGURA 3 - Tarefas Básicas do Poder Naval	22
FIGURA 4 - TBPN Associadas aos CAPN	23
FIGURA 5 - Relações de Comando durante as Operações	29
FIGURA 6 - Posicionamento e as Áreas Abrangidas pelos Campos Minados.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATO	–	<i>Air Tasking Order</i>
AWACS	–	<i>Airborne Warning and Control System</i>
AJB	–	Águas Jurisdicionais Brasileiras
AFN	–	Apoio de Fogo Naval
AOR	–	<i>Area of Responsibility</i>
ARCENT	–	<i>Army Central Command</i>
CAPN	–	Campos de Atuação do Poder Naval
CJCS	–	<i>Chairman of the Joint Chiefs of Staff</i>
CENTCOM	–	<i>Central Command</i>
C2	–	Comando de Controle
CINCCENT	–	<i>Commander in Chief, Central Command</i>
CCDR	–	<i>Combatant Commander</i>
CSNU	–	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CMM	–	Contramedida de Minagem
DIA	–	<i>Defense Intelligence Agency</i>
EUA	–	Estados Unidos da América
EDM	–	Estratégia Marítima de Defesa
EOD	–	<i>Explosive Ordnance Disposal</i>
FDM	–	Fundamentos Doutrinários da Marinha
FEPN	–	Funções Essenciais do Poder Naval dos EUA
ForTarAnf	–	Força Tarefa Anfíbia
JFC	–	<i>Joint Forces Commander</i>
JFACC	–	<i>Joint Force Air Component Command</i>

MB	–	Marinha do Brasil
MARCENT	–	<i>Marine Central Command</i>
MSC	–	<i>Military Sealift Command</i>
MODA	–	<i>Ministry of Defense and Aviation</i>
NCA	–	<i>National Command Authority</i>
NAVCENT	–	<i>Naval Force Central Command</i>
OIM	–	Operações de Interdição Marítima
OPLAN	–	<i>Operational Plan</i>
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OTAN	–	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SecDef	–	Secretário de Defesa
SOCCENT	–	<i>Special Operations Central Command</i>
TBPN	–	Tarefas Básicas do Poder Naval
TO	–	Teatro de Operações
USMC	–	<i>United States Marine Corps</i>
USN	–	<i>United States Navy</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	FUNDAMENTOS DE OPERAÇÕES CONJUNTAS DOS EUA.....	15
2.1.1	Níveis da Guerra.....	16
2.1.2	Funções Essenciais do Poder Naval.....	18
2.2	FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS ESTRATÉGICOS DA MB.....	20
2.2.1	Campos de Atuação do Poder Naval.....	20
2.2.2	Tarefas Básicas do Poder Naval.....	22
3	O NAVCENT E A OPERAÇÃO DESERT SHIELD.....	25
3.1	PRIMEIROS DESDOBRAMENTOS.....	25
3.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CENTCOM.....	27
3.3	OPERAÇÕES DE INTERDIÇÃO MARÍTIMA E BLOQUEIO.....	29
3.4	APOIO LOGÍSTICO.....	31
4	O NAVCENT E O MARCENT NA OPERAÇÃO DESERT STORM.....	33
4.1	A PREPARAÇÃO PARA A OPERAÇÃO.....	33
4.2	OPERAÇÕES AÉREAS E AERONAVAIS.....	36
4.3	APOIO DE FOGO NAVAL E CONTRAMEDIDA DE MINAGEM.....	38
4.4	OPERAÇÕES DE DEMONSTRAÇÃO ANFÍBIAS.....	40
5	AS TBPN E AS TAREFAS DO NAVCENT E MARCENT.....	42
5.1	AÇÕES DO NAVCENT E DO MARCENT EM FUNÇÕES ESSENCIAIS....	42
5.1.1	OIM e Bloqueio.....	42
5.1.2	Apoio Logístico.....	43
5.1.3	Presença Naval.....	43
5.1.4	Operações Aéreas e Aeronavais.....	43
5.1.5	Apoio de Fogo Naval.....	44
5.1.6	Operações de Contramedidas de Minagem.....	44
5.1.7	Operações de Demonstração Anfíbias.....	45
5.2	COMPARAÇÃO DAS TAREFAS.....	45
5.2.1	Controle do Mar e Negação do Uso do Mar.....	45
5.2.2	Projeção de Poder.....	46

5.2.3	Dissuasão e Acesso Operacional.....	46
6	CONCLUSÃO.....	48
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é historicamente reconhecido por sua postura pacifista e por sua atuação diplomática na resolução de conflitos. No entanto, o cenário geopolítico global impõe desafios que demandam a capacitação das Forças Armadas em operações conjuntas, mesmo para uma nação que tradicionalmente busca evitar envolvimento direto em conflitos internacionais.

Atualmente, conflitos como os que ocorrem na Ucrânia e na Palestina, bem como a crise na Venezuela envolvendo a região de Essequibo, que tem potencial para desestabilizar a região sul-americana, destacam a necessidade de preparação e adaptação das Forças do Estado.

Apesar da Marinha do Brasil (MB) não figurar entre as mais poderosas do mundo (Baker, 2023), considerando a vasta extensão territorial do Brasil, sua ampla costa marítima e suas abundantes riquezas naturais e econômicas, depreende-se ser desejável que as Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN)¹, que recentemente foram atualizadas por meio dos Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM), estejam compatíveis com as necessidades de uma marinha capaz de defender seus interesses, inclusive em operações militares de grande envergadura (Brasil, 2020).

Conforme a Doutrina de Operações Conjuntas (MD30-M-01), as operações militares de grande envergadura demandam o emprego de componentes de mais de uma Força Armada. Para isso, é necessário que as Forças Singulares unam esforços, harmonizem procedimentos e integrem suas ações, visando alcançar maior efetividade na realização das Operações Conjuntas (Brasil, 2020).

Nesse contexto, a Guerra do Golfo, ocorrida no início dos anos 1990, serve como um exemplo ilustrativo. As Operações Escudo do Deserto (*Desert Shield*) e Tempestade no Deserto (*Desert Storm*), lideradas pelos Estados Unidos da América (EUA) e envolvendo uma vasta coalizão de países, oferecem um panorama detalhado sobre o emprego das forças navais na condução de operações conjuntas.

¹ Originalmente, as TBPN apresentadas na primeira Doutrina Básica da Marinha, de 1979, congregavam grande influência advinda do artigo do Vice-Almirante Stansfield Turner, norte-americano, que estabelecia o emprego do Poder Naval em missões (Ferreira, 2011). Atualmente, as TBPN estão relacionadas com os Objetivos Estratégicos da Marinha, conforme a Estratégia Marítima de Defesa (EDM) (Brasil, 2023b).

A partir disso, emerge uma questão de pesquisa pertinente: quais as principais similaridades e diferenças entre as TBPN e as tarefas empreendidas pelas forças navais durante a Guerra do Golfo?

Desse modo, este trabalho terá como objeto a atuação do *Naval Force Central Command* (NAVCENT)² e do *Marine Central Command* (MARCENT)³ durante as Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, com o objetivo geral de verificar as similaridades e diferenças entre as ações desempenhadas por essas forças navais e as TBPN relacionadas à defesa nacional⁴. Para isso, o desenho de pesquisa que utilizaremos será o da teoria comparada com a realidade, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental.

Outrossim, esta pesquisa possui como objetivos específicos apresentar os conceitos da publicação *Joint Campaigns and Operations* (JP 3-0) que contribuirão para as análises subsequentes; descrever as Funções Essenciais do Poder Naval dos EUA (FEPN)⁵ constantes na publicação *Joint Maritime Operations* (JP 3-32); apresentar os Campos de Atuação do Poder Naval (CAPN) e as TBPN associadas às atividades de defesa nacional, conforme os FDM; descrever as principais ações empregadas pela *United States Navy* (USN)⁶ e pelo *United States Marine Corps* (USMC)⁷ durante as Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*; e comparar essas ações com as TBPN.

A relevância desta pesquisa reside na possibilidade de aprender com experiências operacionais passadas, de refletir sobre o papel da MB no atual cenário geopolítico e de identificar eventuais oportunidades de aprimoramento em nossa doutrina.

² Elemento da Marinha dos Estados Unidos (USN) que opera sob o comando do Comando Central dos EUA (CENTCOM). Sua área de responsabilidade inclui o Mar Vermelho, o Golfo de Omã, o Golfo Pérsico e o Mar Arábico (EUA, 2024a).

³ É o elemento do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (USMC) que opera sob o comando do Comando Central dos Estados Unidos (CENTCOM) (EUA, 2024a).

⁴ Conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (Brasil, 2015, p. 85).

⁵ As "Tarefas Básicas do Poder Naval" (TBPN) no Brasil e as "Funções Essenciais do Poder Naval" (*Seapower Essential Functions*) nos EUA referem-se às responsabilidades fundamentais atribuídas às forças navais de cada país. Embora os termos difiram, ambos se destinam a delinear as missões críticas das marinhas respectivas.

⁶ Marinha dos Estados Unidos da América.

⁷ Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América.

Assim, este trabalho será estruturado em seis capítulos. Iniciaremos com esta Introdução, seguida de um capítulo teórico que abordará os fundamentos de operações conjuntas, conforme a JP 3-0 e a JP 3-32, relevantes para esta pesquisa; as FEPN; e os CAPN e as TBPN. No terceiro e no quarto capítulos, descreveremos as ações da USN⁸ e do USMC⁹ durante as Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, respectivamente. No quinto capítulo, correlacionaremos as principais tarefas realizadas pelo NAVCENT e pelo MARCENT com as TBPN. Por fim, no último capítulo, apresentaremos as nossas considerações finais.

⁸ Ao longo deste estudo, o termo "*United States Navy*" refere-se ao "NAVCENT" no contexto das operações discutidas.

⁹ Ao longo deste estudo, o termo "*United States Marine Corps*" refere-se ao "MARCENT" no contexto das operações discutidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que será exposto neste capítulo visa fornecer elementos que auxiliarão as análises a serem realizadas no decurso deste estudo e será composto por duas seções.

Na primeira seção, discutiremos os três níveis da guerra — estratégico, operacional e tático — conforme estabelecido na JP 3-0, e exploraremos as Funções Essenciais do Poder Naval dos EUA, conforme descrito na JP 3-32. Na segunda seção, apresentaremos os Campos de Atuação do Poder Naval e examinaremos as Tarefas Básicas do Poder Naval, com foco nas atividades típicas de defesa nacional, conforme preconizado nos FDM.

2.1 FUNDAMENTOS DE OPERAÇÕES CONJUNTAS DOS EUA

O termo "Operações Conjuntas"¹⁰ refere-se às ações militares realizadas por forças conjuntas, incluindo aquelas Forças de Serviço¹¹ que atuam em relações de comando específicas entre si. Essas operações podem ser partes subordinadas de uma campanha maior. O desenvolvimento e a execução de uma operação específica são responsabilidades do comandante (EUA, 2022).

Normalmente, essas operações consistem em uma série de ações táticas planejadas para alcançar tarefas essenciais que conduzem a objetivos militares. Elas geralmente seguem uma sequência e são realizadas em fases ou ramificações. Assim, quando uma operação individual é concluída ou encerrada, os comandantes passam para a próxima operação ou atividade apropriada (EUA, 2022).

Após conceituarmos as operações conjuntas, nas próximas subseções abordaremos os três níveis da guerra e as FEPN, conforme a doutrina norteamericana. Esses conhecimentos fornecerão uma base adequada para a análise da atuação do NAVCENT e do MARCENT durante as Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, nos próximos capítulos.

¹⁰ Caracterizam-se pelo emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares, voltados a um objetivo ou propósito comum, mediante a constituição de um Comando Operacional Conjunto (Brasil, 2020, p. 41).

¹¹ Refere-se às diferentes forças armadas que compõem a estrutura militar dos Estados Unidos.

2.1.1 Os Níveis da Guerra

A estrutura dos níveis estratégico, operacional e tático de guerra auxilia os comandantes a compreenderem as relações e ações necessárias para conectar objetivos estratégicos a campanhas e operações principais, bem como ligar esses objetivos a operações táticas. Esses níveis permitem que os comandantes visualizem a organização lógica das operações, distribuam recursos e atribuam tarefas aos comandos adequados (EUA, 2022).

No nível estratégico, é desenvolvido um conjunto de ideias para empregar os instrumentos de poder nacional de forma sincronizada e integrada, a fim de atingir objetivos estratégicos. Esse processo permite que o Presidente e o Secretário de Defesa (SecDef), muitas vezes em colaboração com líderes de outras nações, considerem as estratégias de adversários e as circunstâncias do ambiente operacional em evolução (EUA, 2022).

Em paralelo, o SecDef traduz essas políticas emergentes em diretrizes que facilitam o planejamento conjunto. Além disso, os Comandantes Combatentes (Combatant Commanders – CDRs)¹² participam de discussões estratégicas com o Presidente e o SecDef, geralmente com a presença do Chefe do Estado-Maior Conjunto (*Chairman of the Joint Chiefs of Staff – CJCS*), garantindo que a estratégia dos CDRs esteja alinhada tanto com a estratégia nacional dos EUA quanto com campanhas e operações conjuntas nas suas Áreas de Responsabilidade (*Area of Responsibility – AOR*)¹³ (EUA, 2022).

Desse modo, a análise realizada pelos CDRs ajuda a desenvolver objetivos estratégicos, identificar obstáculos para a realização desses objetivos, criar a narrativa associada, determinar o nível de comprometimento necessário e alocar os recursos nacionais necessários para alcançar esses objetivos (EUA, 2022).

No nível operacional, os Comandantes de Força Conjunta (*Joint Forces Commanders – JFCs*)¹⁴ estabelecem e organizam objetivos, operações e forças para

¹² São oficiais de quatro estrelas que lideram os Comandos Combatentes Unificados das Forças Armadas dos Estados Unidos. Estes comandos são estruturados para conduzir operações militares amplas e contínuas e são compostos por unidades de dois ou mais ramos das Forças Armadas dos EUA (EUA, 2020a).

¹³ É uma área geográfica dentro da qual um CDR tem autoridade para planejar e conduzir operações (EUA, 2022).

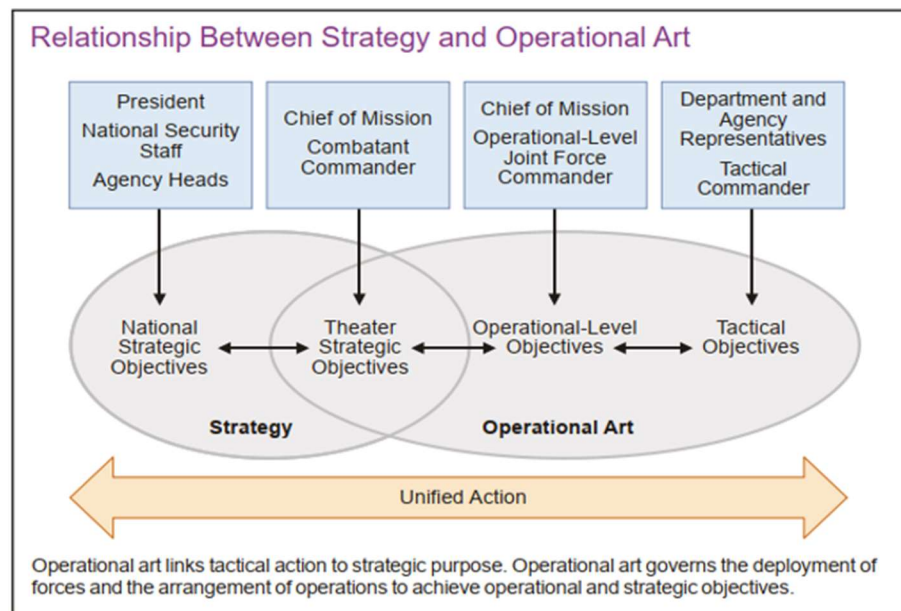
¹⁴ São forças militares de mais de um serviço (Exército, Marinha, Força Aérea, etc.) em operações conjuntas (EUA, 2020a).

conduzir campanhas e operações de forma eficaz, conectando o uso tático das forças aos objetivos estratégicos. Uma campanha eficaz requer a realização de objetivos operacionais que se vinculam e conduzem aos objetivos estratégicos (EUA, 2022).

Nesse nível da guerra, a ação militar envolve uma série de operações voltadas para o cumprimento dos objetivos operacionais. Os JFCs e os Comandantes de Componentes de Serviço¹⁵ usam a arte operacional¹⁶ para definir o propósito da força militar, estabelecer metas, persuadir partes neutras a se unirem às forças aliadas e convencer os adversários a desistirem do conflito. (EUA, 2022).

No nível mais baixo, as táticas são o emprego e a organização ordenada das forças em relação umas às outras e normalmente se manifestam como operações individuais. Em conflitos armados, as táticas incluem o planejamento e a execução de batalhas, combates e atividades menos complexas para atingir os objetivos militares. Um combate pode incluir uma ampla variedade de tarefas e atividades não combativas entre forças opostas, normalmente de curta duração (EUA, 2022). A figura 1 retrata as relações gerais entre os níveis da guerra.

Figura 1 – Relações entre Estratégia e Arte Operacional



Fonte: EUA, 2011.

¹⁵ São oficiais responsáveis por liderar e coordenar as forças de um ramo específico das Forças Armadas em um comando conjunto (EUA, 2020a).

¹⁶ É um conceito militar que envolve a integração e coordenação de operações militares em grande escala para alcançar objetivos estratégicos (EUA, 2020b).

2.1.2 Funções Essenciais do Poder Naval

Dada a Marinha dos EUA ser amplamente reconhecida como a mais completa e imponente do mundo (Caiado, 2024), é oportuno compreendermos as tarefas básicas que a sustentam. Nesse contexto, a USN identifica cinco funções essenciais que seu Poder Naval deve exercer, proporcionando uma vantagem única para a força conjunta. São elas o "Acesso Operacional", a "Dissuasão", "Operações de Controle do Mar", "Projeção de Poder" e "Segurança Marítima"

O "Acesso Operacional" refere-se à habilidade de projetar força militar em regiões contestadas¹⁷, mantendo liberdade de ação suficiente para completar a missão. No cenário de segurança atual, essa capacidade é cada vez mais desafiada por atores estatais e não estatais que têm o potencial de ameaçar nossas forças e sistemas de armas mais sofisticados com suas próprias estratégias e tecnologias inovadoras (EUA, 2021a).

Essa função essencial possui quatro componentes: Projeção de Força, superação de ameaças A2/AD¹⁸, Sinergia entre Domínios, e Flexibilidade e Adaptabilidade. A Projeção de Força envolve transportar e sustentar forças militares em regiões distantes e hostis, assegurando logística contínua. Superar Ameaças A2/AD refere-se a neutralizar estratégias e tecnologias adversárias que impedem ou limitam operações navais, como mísseis antinavio e minas marítimas. A Sinergia entre Domínios requer coordenação entre capacidades marítimas, aéreas, terrestres, espaciais e cibernéticas para superar defesas inimigas. Flexibilidade e Adaptabilidade são essenciais para que as forças navais se ajustem rapidamente às mudanças operacionais e ameaças, utilizando tecnologia avançada e táticas inovadoras para operar em diversos ambientes (Kreuder, 2013).

A "Dissuasão" influencia potenciais adversários a não tomarem ações ameaçadoras. Trata-se de um estado mental provocado pela existência de uma ameaça crível de uma ação contrária inaceitável. A dissuasão requer convencer os adversários de que uma ação contemplada não alcançará o resultado desejado devido ao medo das consequências. Defender os interesses nacionais exige a capacidade

¹⁷ Áreas contestadas são regiões geográficas onde o controle e o acesso são disputados por múltiplos atores.

¹⁸ *Anti-Access/ Area Denial*.

de prevalecer em conflitos e tomar medidas preventivas para dissuadir adversários potenciais que possam ameaçar os interesses nacionais (EUA, 2021a).

As "Operações de Controle do Mar" garantem o domínio marítimo para as forças próprias enquanto impedem seu uso pelo inimigo. O controle do mar é fundamental para todas as missões navais e se complementa com a projeção de poder, permitindo que as forças navais eliminem ameaças terrestres, aumentem a liberdade de ação no mar e facilitem a projeção de forças em terra (EUA, 2021a).

Nesse sentido, o controle do mar envolve o uso de forças navais, apoiadas por forças terrestres, aéreas, espaciais, cibernéticas ou de operações especiais, para atingir objetivos militares em áreas marítimas estratégicas. Estabelecer esse controle pode exigir a projeção de poder em terra para neutralizar ameaças ou controlar terrenos na porção litorânea (EUA, 2021a).

Assim, as Operações de Controle do Mar incluem a destruição de forças navais inimigas, a supressão do comércio marítimo adversário, a proteção de rotas marítimas essenciais e o estabelecimento de superioridade aérea e marítima local nas áreas de operações navais. Devido à vastidão dos oceanos, mesmo uma potência naval dominante não pode alcançar a superioridade marítima global. Portanto, alcançar a superioridade marítima local ou regional, ou a supremacia marítima, pode ser necessário para uma força conjunta por um período limitado para cumprir objetivos específicos (EUA, 2021a).

A projeção de poder na e a partir da área de operações marítima¹⁹, onde mantemos controle local do mar, abrange uma ampla gama de operações militares ofensivas destinadas a destruir, suprimir ou neutralizar forças inimigas e seu suporte logístico. Além disso, busca impedir que as forças inimigas se aproximem ao ponto de poderem atacar as forças amigas, seja no mar ou a partir do mar. A projeção de poder crível também reforça os objetivos e atividades de dissuasão (EUA, 2021a).

A "Segurança Marítima" visa garantir a proteção da soberania marítima e combater ameaças como terrorismo, pirataria e crime transnacional. Identificar e neutralizar essas ameaças é vital para a segurança nacional e a economia global. Essa função também envolve a assistência a marinheiros, cooperação com aliados e

¹⁹ É uma região designada para descentralizar a execução das operações, permitir manobras rápidas e combater em longas distâncias (EUA, 2021a).

aplicação da lei marítima, exigindo coordenação entre governos, setor privado e ONGs (EUA, 2021a).

Ao concluir esta seção, cabe destacar que as FEPN, como o "Acesso Operacional", a "Dissuasão", o "Controle do Mar", a "Projeção de Poder" e a "Segurança Marítima", são interconectadas e complementares. As quatro primeiras são inerentes à defesa nacional e as missões militares tradicionais. Já a "Segurança Marítima" se foca na proteção da soberania marítima e no combate a ameaças como terrorismo, pirataria e crime transnacional. No entanto, essa função não é uma tarefa típica de defesa nacional e, portanto, não está no escopo desta pesquisa.

2.2 CONCEITOS DOCTRINÁRIOS ESTRATÉGICOS DA MB

Esta seção será dividida em duas partes. Na primeira, serão conhecidos os CAPN e, na segunda, serão estudadas as TBPN, conforme preconizado nos FDM.

2.2.1 Campos de Atuação do Poder Naval

Brasil (2023a) define que os CAPN refletem as possíveis formas de utilização da Força em alto nível, alinhadas às Capacidades Estratégicas²⁰ e Efeitos do Poder Naval²¹, e contemplam as atividades relacionadas com os objetivos estratégicos²² estabelecidos na Estratégia de Defesa Marítima (EDM).

A partir do conhecimento dos CAPN, é possível compreender a dimensão das diversas funções do Poder Naval²³ brasileiro e aprimorar a interlocução estratégica da Força com seus públicos internos e externos (Brasil, 2023a).

²⁰ São as capacidades de mais alto nível da MB (Brasil, 2023a, p. 2-9).

²¹ São os propósitos que, ao serem atingidos, produzem ou alcançam um resultado, ou situação favorável, em relação a um objetivo ou interesse, mediante conjugação de capacidades que contribuem diretamente para superar desafios (Brasil, 2023a, p. 2-16).

²² São amplos direcionamentos a serem seguidos pela MB para o cumprimento da sua missão (Brasil, 2023b, p. 1-1).

²³ Parte integrante do Poder Marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente (Brasil, 2015, p. 212)

Dessa forma, o Poder Naval é desdobrado nos seguintes campos de atuação: Defesa Naval, Segurança Marítima, Diplomacia Naval e Apoio às Ações do Estado, conforme ilustrado na figura 2 e detalhado a seguir.

Figura 2 – Campos de Atuação do Poder Naval



Fonte: Brasil, 2023a.

Com base na ilustração acima, constatamos que a abordagem de todos os Campos de Atuação extrapolaria os objetivos desta pesquisa. Portanto, limitaremos nosso foco ao CAPN "Defesa Naval".

De acordo com Brasil (2023a), o Campo de Atuação do Poder Naval "Defesa Nacional" envolve os objetivos a serem atingidos para enfrentar desafios nacionais em tempos de normalidade, crise ou conflito. Este é o papel clássico e fundamental das marinhas, vinculado diretamente ao encargo constitucional da Força Naval brasileira, orientado para a defesa da soberania nacional. Está intrinsecamente ligado ao objetivo de defesa da Pátria, conforme estabelecido na Missão da MB.

Este Campo de Atuação exige os maiores esforços no preparo da MB para desenvolver e manter capacidades, incluindo a aquisição de meios e sistemas sofisticados, bem como nas atividades de apoio logístico integrado relacionadas (Brasil, 2023a).

Esse esforço requer aprimorar a doutrina da MB, especialmente na manutenção de capacidades focadas no uso da força e sua letalidade. Embora essas atividades possam ser menos visíveis em tempos de paz, são a razão principal da existência da Força e formam a base de sua cultura organizacional, focada na proteção da nação contra ameaças externas. (Brasil, 2023a).

2.2.2 Tarefas Básicas do Poder Naval

Segundo Brasil (2023a), as TBPN são definidas como atribuições inerentes à MB e envolvem ações amplas que geram efeitos significativos, alcançados mediante as Capacidades Estratégicas da Força.

Nesse sentido, para fins de exame, as TBPN incluem as atividades necessárias para cumprir os objetivos estratégicos, direcionando o aprimoramento da doutrina em todos os seus níveis. Esse conjunto de ações interligadas do Poder Naval, agrupadas por similaridade, é denominado “tarefas básicas”, conforme a figura 3 (Brasil, 2023a).

Figura 3 – Tarefas Básicas do Poder Naval



Fonte: Brasil, 2023a.

Com base na ilustração acima, percebe-se que há uma graduação no emprego da força, do nível mais alto ao mais baixo, que vai de "Negar o Uso do Mar" até "Contribuir para a Segurança e Desenvolvimento Nacional", respectivamente. Ademais, Brasil (2023a) destaca que essa graduação também auxilia na identificação das prioridades no planejamento da Força, considerando que a essência do emprego da Força Naval está ligada à sua capacidade letal.

Entretanto, de forma análoga ao que observamos na abordagem das CAPN, a análise de todas as TBPN excede o escopo desta pesquisa. Por conseguinte, iremos nos concentrar apenas nas relacionadas ao Campo de Atuação "Defesa Naval". A figura 4 demonstra a relação das tarefas básicas com cada campo de atuação.

Conforme a representação a seguir, observamos que, das seis, apenas três estão associadas ao CAPN "Defesa Naval": "Controlar Áreas Marítimas", "Negar o Uso do Mar" e "Projetar Poder". Portanto, estas serão as TBPN que estudaremos.

Figura 4 – TBPN Associadas aos CAPN



Fonte: Brasil, 2023a

Passando a analisar cada uma dessas TBPN, de acordo com Brasil (2023a, p. 2-12), negar o uso do mar é o "conjunto de operações e ações que congregam capacidades que têm por objetivo impedir o uso de uma região marítima prioritária por forças antagônicas. É a forma com que o Poder Naval conduz a negação de área".

É importante salientar que o termo "Negar o Uso do Mar" é a verbalização de um conceito amplamente discutido por autores e estudiosos de estratégias marítimas, conhecido como "Negação do Uso do Mar" ou "*Sea Denial*" em inglês.

Vego (2013) conceitua a negação do uso do mar como uma estratégia naval em que uma força marítima busca impedir que o inimigo utilize determinadas áreas marítimas para seus próprios fins. Em vez de controlar o mar para seu próprio uso, a força que emprega "*Sea Denial*" concentra-se em negar ao inimigo o uso eficaz dessas áreas.

Na mesma linha, Till (2022) entende "*Sea Denial*" como a capacidade de uma força naval de impedir que um adversário utilize o mar para seus próprios fins, sem necessariamente controlar a área para si mesma.

Segundo Brasil (2023a), a segunda tarefa básica, "Controlar Áreas Marítimas e Águas Interiores", consiste num conjunto de operações e ações que possuem

capacidades destinadas a garantir o uso de vias navegáveis e áreas marítimas prioritárias conforme os interesses nacionais, além de monitorar e controlar o tráfego de embarcações nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Essas operações também asseguram o exercício da soberania, dos direitos de soberania e da jurisdição do Estado brasileiro nas AJB. Trata-se, portanto, de garantir o uso de uma determinada área marítima, podendo estar associada à tarefa básica de Negar o Uso do Mar como uma etapa preliminar (Brasil, 2023a).

De maneira similar do "Negar o Uso do Mar", "Controlar Áreas Marítimas" é a verbalização e a adaptação de um conceito extensivamente explorado por pesquisadores de estratégias marítimas, conhecido como "Controle do Mar" ou "*Sea Control*" na língua inglesa.

Passando a abordar a última TBPN, Brasil (2023a) define "Projetar Poder" como um Conjunto de operações e ações que reúnem capacidades para projetar as expressões do Poder Nacional²⁴ através do Poder Naval em território estrangeiro, áreas de interesse sob controle estrangeiro ou em território doméstico. Essa tarefa básica abrange todas as acepções de "poder": "*Hard Power*²⁵", "*Soft Power*²⁶" e "*Smart Power*²⁷".

²⁴ Poder nacional é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional (Brasil, 2015, p. 212).

²⁵ Refere-se ao uso de força militar ou sanções econômicas para influenciar o comportamento de outros estados. Este tipo de poder é coercitivo e implica o uso de "cenouras e paus" (recompensas e punições) para obter os resultados desejados (Nye, 2004).

²⁶ É a habilidade de um país em atrair e persuadir outros a quererem os mesmos objetivos. Isso pode ser feito através da cultura, valores políticos e políticas externas atraentes. Soft power enfatiza a influência através da atração em vez da coerção (Nye, 2004).

²⁷ Conceito que combina elementos de hard power e soft power para criar uma estratégia eficaz, utilizando a diplomacia, a persuasão, a construção de capacidades e a influência de atores políticos, econômicos e da sociedade civil, além de coerção econômica e intervenção militar quando necessário (Nye, 2004).

3 O NAVCENT E A OPERAÇÃO *DESERT SHIELD*

Após a apresentação do referencial teórico no capítulo anterior, este capítulo descreverá as principais ações desenvolvidas pela NAVCENT na Operação *Desert Shield*. Isso permitirá relacionar essas ações com as TBPN, que será realizada no quinto capítulo.

Dessa forma, este capítulo será dividido em três partes. Primeiro, abordaremos os desdobramentos iniciais decorrentes da invasão do Kuwait. Na segunda parte, discutiremos as Operações de Interdição Marítima (OIM) conduzidas pela USN, após as sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Finalmente, descreveremos as operações de apoio logístico realizadas pela USN.

Como o título deste capítulo sugere, a participação do USMC nesta operação foi pouco significativa e, portanto, não será abordada aqui. A análise do envolvimento da Força de Fuzileiros Navais será feita no próximo capítulo, que tratará da Operação *Desert Storm*, onde a atuação dos Marines teve destaque.

3.1 PRIMEIROS DESDOBRAMENTOS

No dia 2 de agosto de 1990, forças blindadas e mecanizadas da Guarda Republicana²⁸ do Iraque atravessaram a fronteira e ocuparam o Kuwait. Poucos dias após a invasão, especificamente seis dias mais tarde, Saddam Hussein proclamou a incorporação do Kuwait como a décima nona província iraquiana (Marolda; Schneller Jr., 1998).

O líder iraquiano presumiu que a invasão não seria desafiada por nenhuma entidade significativa, seja as nações árabes, a Organização das Nações Unidas (ONU), ou os EUA, pois estava convencido de que esse país, em particular, não tinha o desejo ou a capacidade para engajar-se em um conflito militar no Sudoeste Asiático (Finlan, 2003).

Entretanto, a invasão do Kuwait pelo Iraque foi considerada injustificável pelas nações, e a postura agressiva do Iraque após a invasão ameaçava a estabilidade política no Golfo.

²⁸ Força de elite do Exército do Iraque diretamente subordinada a Saddam Hussein (Karsh; Raustsi, 2002).

Nesse contexto, havia um temor generalizado de que os Estados do Golfo seriam intimidados pela superioridade militar do Iraque e que este poderia atacar a Arábia Saudita se sua conquista do Kuwait não fosse contestada. Em resposta, os EUA e as demais potências mundiais rapidamente formaram uma coalizão, cujo objetivo era defender a Arábia Saudita e expulsar o Iraque do Kuwait (EUA, 1992).

Em 4 de agosto, o Diretor Adjunto da Agência de Inteligência de Defesa (*Defense Intelligence Agency* – DIA) e o CJCS alertaram o Presidente Bush sobre a situação no Kuwait e a potencial ameaça à Arábia Saudita. Diante disso, o Presidente enviou o SecDef à Arábia Saudita para informar o Rei Fahd²⁹ sobre as percepções norte-americanas e oferecer apoio para defender o Reino. No dia seguinte, o Rei Fahd convidou as forças estadunidenses para a Arábia Saudita, marcando o início da Operação Escudo do Deserto (Marolda; Schneller Jr., 1998).

No momento da invasão, a USN já estava posicionada na região, quando os navios que estavam no Oriente Médio foram imediatamente colocados em alerta, incluindo cruzadores, *destroyers*, e dois porta-aviões, que receberam reforço de centenas de navios armados de nações do Golfo, que estavam prontos para lançar aeronaves contra forças iraquianas e defender aeródromos vitais na Península Arábica (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Em meados de agosto de 1990, o grupo de planejamento conjunto foi informado sobre o plano unilateral dos EUA (OPLAN 1002-90³⁰) para defender a Arábia Saudita. Esse grupo incluía o Comando Central (*Central Command* – CENTCOM)³¹, o Ministério da Defesa e Aviação (*Ministry of Defense and Aviation* – MODA), oficiais gerais das forças armadas sauditas e um grupo de trabalho de oficiais de campo dos EUA e da Arábia Saudita (EUA, 1992).

O OPLAN 1002-90, embora ainda não estivesse completo em agosto de 1990, serviu como guia geral para a mobilização das forças da coalizão no TO e para a defesa da Arábia Saudita durante a primeira fase, que incluía dissuadir Saddam de atacar a Arábia Saudita (Marolda; Schneller Jr., 1998).

²⁹ Foi o Rei da Arábia Saudita entre 1982 e 2005, sendo o quinto rei da família Al Saud.

³⁰ Refere-se ao "Operational Plan 1002-90", desenvolvido antes da invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, que era focada na defesa do Golfo Pérsico contra possíveis agressões, incluindo a ameaça do Iraque (EUA, 1992).

³¹ Comando Combatente norte-americano estabelecido em 1º de janeiro de 1983, que cobre a área "central" do globo localizada entre o Comando Europeu, o Comando da África e o Comando Indo-Pacífico (EUA, 2024c).

Na verdade, a preparação das forças americanas para as operações desencadeadas na Guerra do Golfo começou muito antes da invasão do Kuwait pelo Iraque, alicerçada por um extenso período de planejamento. Além disso, a presença dos norte-americanos na Europa e no Oriente Médio ensejou uma posição vantajosa para executar a missão com êxito, baseando-se em anos de esforço prévio (EUA, 1992).

Por intermédio da liderança do Comandante-em-Chefe do Comando Central (*Commander in Chief, Central Command* – CINCCENT) foi possível a movimentação das forças dos EUA para o Teatro de Operações³² (TO), que abrangia a provisão de recursos militares ao CENTCOM e a orquestração do suporte, que organizavam sobrevoos, acesso, trânsito, direitos de estadiamento e outros suportes, como instalações hospitalares e serviços de segurança (EUA, 1992).

Portanto, os primeiros desdobramentos da invasão do Kuwait pelo Iraque se caracterizaram pela rápida formação de uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos, para proteger a Arábia Saudita e preparar a expulsão das forças iraquianas. A resposta americana incluiu a implantação imediata de forças navais e aéreas, estabelecendo uma linha de defesa antiaérea no Golfo e preparando operações conjuntas com aliados sauditas.

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CENTCOM

Durante a Operação *Desert Shield*, as forças estadunidenses seriam comandadas pela Autoridade de Comando Nacional (*National Command Authority* – NCA), com o CINCCENT exercendo o comando no TO. Contudo, o acordo inicial entre os EUA e a Arábia Saudita previa a "direção estratégica" das forças pelo Comando Militar Saudita. Embora indefinida, o CENTCOM interpretou a expressão "direção estratégica" como orientação geral sem autoridade de comando. Essa redação conciliou as sensibilidades sauditas e norte-americanas, permitindo à Arábia Saudita reivindicar a certa autoridade sobre as forças estrangeiras, respeitando os requisitos constitucionais dos Estados Unidos (EUA, 1992).

³² Uma área operacional definida pelo comandante combatente geográfico para a condução ou apoio de operações militares específicas (EUA, 2017).

A estrutura organizacional subordinada ao CINCCENT causava inquietação entre as forças militares participantes. A organização das tarefas precisava considerar aspectos culturais, religiosos e políticos. Essa configuração, que demandava alta coordenação, operava em conjunto com unidades dos aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), como França e Grã-Bretanha (Marolda; Schneller Jr., 1998).

O CINCCENT, General Schwarzkopf³³, seguindo as diretrizes do *Act Goldwater-Nichols*³⁴, que visava melhorar a interoperabilidade³⁵ das operações conjuntas e aumentar a autoridade dos comandantes, estruturou sua organização em cinco comandos componentes: o Componente das Forças Terrestres (*Army Central Command* – ARCENT), constituído por contingentes do Exército norte-americano e de outros 14 países; o MARCENT, que reunia tropas de fuzileiros navais dos aliados para assaltos anfíbios; o NAVCENT, constituído pelas forças navais estadunidenses em coordenação com as forças navais dos países aliados; o Componente de Forças Especiais (*Special Operations Central Command* – SOCCENT), integrando todas as forças especiais sob o mesmo Comando Operacional; e o Componente Aéreo (*Joint Force Air Component Command* – JFACC), constituído pelos elementos aéreos das Forças singulares (Carpenter, 1994).

O Vice-Almirante Henry H. Mauz Jr., nomeado o comandante da NAVCENT, comandava o navio-almirante Blue Ridge e, por conta disso, encontrou dificuldades para se adequar à coordenação imposta pela estrutura operacional, especialmente na integração com o sistema de Ordem de Tarefa Aérea (*Air Tasking Order* – ATO)³⁶, do JFACC. Meses depois, Mauz foi substituído pelo Vice-Almirante Stanley R. Arthur, que

³³ Foi um general do Exército dos Estados Unidos, que em 1991 comandou as forças de coalizão internacional na Operação Tempestade no Deserto, na Guerra do Golfo, contra o Iraque de Saddam Hussein (Schwarzkopf, 1993).

³⁴ Legislação dos Estados Unidos que redefiniu a cadeia de comando militar, centralizando a autoridade no Chefe do Estado-Maior Conjunto, enfatizando a coordenação e a integração das várias ramificações militares (Davis, 1991).

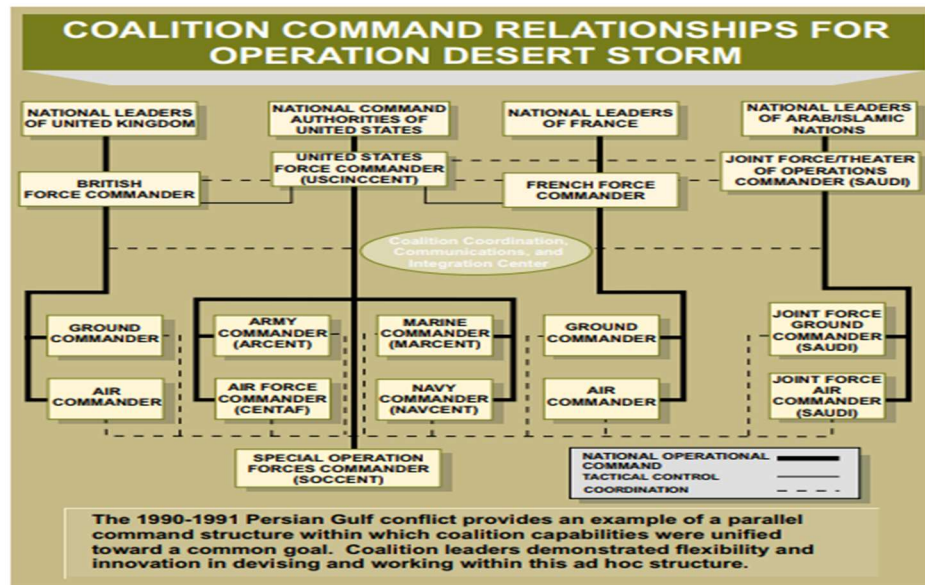
³⁵ A capacidade de agir de forma coesa, eficaz e eficiente para alcançar objetivos táticos, operacionais e estratégicos. A condição alcançada entre sistemas de comunicações eletrônicas ou itens de equipamentos de comunicações eletrônicas quando informações ou serviços podem ser trocados direta e satisfatoriamente entre eles e/ou seus usuários (EUA, 2017).

³⁶ É um documento militar detalhado que especifica todas as missões aéreas planejadas para um período de 24 horas. O ATO é utilizado para coordenar e dirigir as operações aéreas das forças militares, garantindo que todas as aeronaves e unidades envolvidas nas missões tenham informações precisas sobre seus objetivos, alvos, horários de voo, rotações de patrulha, suporte necessário e regras de engajamento (EUA, 2021b).

exerceu o comando do NAVCENT durante a Operação Tempestade no Deserto (Marolda; Schneller Jr., 1998).

A figura 5 demonstra as relações de comando da coalizão nas Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*.

Figura 5 –Relações de Comando durante as Operações.



Fonte: EUA, 2011

Em resumo, a invasão ao Kuwait precipitou uma resposta coordenada dos EUA e seus aliados, com a implementação da Operação Escudo do Deserto. Sob o comando do CINCCENT, General Schwarzkopf, as forças foram organizadas em comandos componentes para maximizar a interoperabilidade e a eficácia operacional, refletindo as diretrizes do *Act Goldwater-Nichols*. Esta estrutura acomodou sensibilidades políticas e culturais, possibilitando a coordenação com aliados da OTAN para enfrentar a agressão e estabilizar a região do Golfo.

3.3 OPERAÇÕES DE INTERDIÇÃO MARÍTIMA E BLOQUEIO

Segundo Vidigal (1992), a Operação *Desert Shield* pode ser definida como a fase não-violenta da guerra, cujo poder militar da coalizão foi utilizado como um objeto da política, especialmente por meio das Operações de Interdição Marítima.

À medida que as forças navais norte-americanas aprimoravam sua estrutura organizacional, foi instituído, por meio da Resolução 661 do CSNU, um embargo ao

comércio iraquiano no exterior, proibindo a exportação de suas mercadorias, com exceção de remédios e alimentos, em "circunstâncias humanitárias". Esse embargo pretendia degradar as capacidades militares do Iraque, negando acesso a suprimentos vitais, e forçar Saddam Hussein a retirar suas forças do Kuwait (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Diante desse cenário, o Almirante Mauz, então comandante do NAVCENT, liderou a implementação do bloqueio multinacional ao Iraque. Baseando-se em experiências anteriores, como a quarentena naval de Cuba em 1962 e a Operação Market Time na Guerra do Vietnã, as forças navais norte-americanas começaram as OIM, inspecionando navios que potencialmente violavam o embargo (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Para isso, foi mobilizada uma grande quantidade de navios, de diversas classes, incluindo navios-aeródromo, couraçados, cruzadores, contratorpedeiros, fragatas, corvetas, navios varredores e várias classes de navios-auxiliares. Essa diversidade de embarcações presentes no local garantiu a efetividade do bloqueio (Vidigal, 1992).

Embora a USN estivesse envolvida na maioria das OIM, variando de coleta de inteligência e vigilância a abordagens e capturas, marinhas de outros países também concorreram para o êxito da operação, compondo a Força de Interdição Marítima (FIM), que foi eficaz na execução de sanções econômicas contra o Iraque (EUA, 1992).

O sucesso dessas operações dependia da vigilância de pontos estratégicos e da coordenação entre aeronaves de patrulha marítima e combatentes de superfície. Apesar de alguns desafios, incluindo a recusa de navios em parar para inspeções e táticas de evasão, as OIM foram bem-sucedidas, frustrando tentativas iraquianas de contornar o embargo e realizando inserções verticais para controlar navios desobedientes sem recorrer a fogo incapacitante (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Ao longo da Operação *Desert Shield*, o bloqueio e as OIM resultaram na inspeção de mais de 7.500 embarcações e no desvio de 51 navios, que transportavam mais de um milhão de toneladas de carga e infringiam as sanções da ONU. O comércio pelos iraquianos e do Kuwait foi praticamente aniquilado, e navios foram dissuadidos de carregar petróleo iraquiano, reduzindo 95% da receita do país (EUA, 1992).

Conforme Marolda; Schneller Jr. (1998), as OIM provaram ser eficazes. As sanções não apenas demonstraram o isolamento internacional do Iraque, mas também negaram a Saddam Hussein o acesso aos mercados mundiais, eliminando sua principal fonte de renda - as exportações de petróleo - e impedindo o reabastecimento de sua máquina de guerra.

Assim, concluímos que a implementação do bloqueio naval e das OIM degradaram as capacidades militares do Iraque. Liderado pelo comandante do NAVCENT, Vice-Almirante Mauz, o bloqueio contou com a participação multinacional, inspecionando milhares de embarcações, frustrando as tentativas iraquianas de contornar o embargo, eliminando o comércio pelos portos iraquianos e kuwaitianos, e reduzindo significativamente a receita do Iraque proveniente do petróleo, demonstrando a eficácia das sanções e o isolamento internacional de Saddam Hussein.

3.4 APOIO LOGÍSTICO

A Operação *Desert Shield* caracterizou-se, ainda, pela consecução do rápido deslocamento de tropas, equipamentos e suprimentos norte-americanos para a Arábia Saudita, evidenciando a determinação estadunidense de impedir a progressão do Iraque às terras sauditas (Vidigal, 1992).

O transporte marítimo possibilitou o deslocamento e sustentação de forças na Arábia Saudita. Enquanto o aéreo foi usado basicamente para o deslocamento de pessoal, pelo mar seguiram, além desses, equipamentos e suprimentos, que restringiram a sobrecarga na infraestrutura saudita e propiciaram às tropas da coalizão proteção de ataques adversos (EUA, 1992).

Cabe ressaltar que as operações de apoio logístico incluíram escoltas para proteção dos navios de transporte, que viabilizaram a chegada dos suprimentos com segurança aos seus destinos, cabendo essa missão aos navios do NAVCENT, incluindo *destroyers* e fragatas, que foram destacados para compor os comboios de transporte, com a intenção de impedir ataques aéreos e submarinos do inimigo. Essa

proteção foi necessária para manter a integridade das linhas de suprimento³⁷ e assegurar que as forças no solo tivessem os recursos necessários para suas operações (EUA, 1992).

A coordenação entre o Comando de Transporte Marítimo Militar (*Military Sealift Command* – MSC), liderado pelo Vice-Almirante Donovan, e a frota de escoltas foi planejada para mitigar riscos e garantir operações logísticas sem interrupções. A presença dessa frota reforçou a dissuasão contra os ataques inimigos às linhas de suprimento marítimo, destacando a determinação dos EUA em manter o fluxo de recursos para a frente de combate (Mattews; Holt, 1992). Segundo Marolda e Schneller Jr. (1998), a presença de forças navais amigas nas águas do Oriente Médio tranquilizou os membros árabes da coalizão e impediu o fornecimento de material bélico a Saddam Hussein.

O suporte logístico na região do Golfo Pérsico foi considerado uma história de sucesso, demonstrando uma integração eficaz e um compartilhamento de recursos entre as forças navais da coalizão. O planejamento cuidadoso e a execução eficiente do suporte logístico foram fundamentais para manter as forças navais operacionais durante a crise (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Nesse sentido, Vidigal (1992) ressalta a importância da logística na Operação Escudo do Deserto:

Este foi o início de uma extraordinária operação que levou para a Arábia Saudita tanques, caminhões, helicópteros, artilharia, suprimentos, combustível, além de outros equipamentos, numa velocidade incomum. Cerca de 95% de toda a carga transportada para o território saudita foi por via marítima (mais de 8 milhões de toneladas). Não há exagero em dizer que o transporte por mar foi a chave do apoio logístico da Operação Escudo do Deserto, que logo se transformaria em Tempestade no Deserto (Vidigal, 1992).

Assim, a Operação *Desert Shield* ressaltou a capacidade norte-americana de mobilizar rapidamente tropas, equipamentos e suprimentos para a Arábia Saudita, por via marítima, graças às escoltas navais que propiciaram a segurança das linhas de suprimento e de comunicações. Este esforço logístico preparou o terreno para a subsequente Operação *Desert Storm*.

³⁷ Designa uma linha de movimento, podendo ser terrestre, marítima ou aérea, existente entre dois ou mais pontos sobre os quais tropas e materiais, militar ou civil, são transportados (Brasil, 2015, p. 156).

4 O NAVCENT E O MARCENT NA OPERAÇÃO *DESERT STORM*

Passaremos a analisar, neste capítulo, a atuação do NAVCENT e do MARCENT durante a Operação Tempestade no Deserto, estruturando-o em quatro partes. Inicialmente, observaremos a origem e como se desenvolveu a preparação para a operação. Na segunda e terceira partes, trataremos das ações da USN ao longo das operações aéreas³⁸ e aeronavais³⁹, de ataque⁴⁰, das Operações Contramedida de Minagem (CMM)⁴¹. Na quarta parte será abordada a participação do MARCENT por meio das operações de demonstração anfíbias⁴².

4.1 A PREPARAÇÃO PARA A OPERAÇÃO

Conforme mencionado no capítulo anterior, em agosto de 1990, o Gen. Schwarzkopf, nomeado o CINCCENT, expôs ao Secretário de Defesa a minuta das ações militares que seriam empregas em terra (EUA, 1992).

Com o propósito de cumprir os quatro objetivos políticos da guerra – retirar completamente as tropas do Iraque do Kuwait, restaurar o governo do Kuwait, proteger vidas americanas e promover a segurança e a estabilidade do Golfo Pérsico (Lacquement, 2020), Schwarzkopf adequou o OPLAN 1002-90, que deu origem ao Plano Operacional "*Desert Storm*", que foi rigorosamente testado pelas Forças militares estadunidenses em treinamentos conjuntos a fim de propiciar a integração exigida (Marolda; Schneller Jr., 1998).

O plano incluía a presença de meios aéreos e contingentes terrestres na Arábia Saudita e nos arredores do Golfo Pérsico e tinha os seguintes objetivos operacionais:

³⁸ Operação de cunho militar, realizada de forma independente ou integrada às ações das forças de superfície, com emprego de vetores aéreos, tripulados ou não, partindo de bases fixas, móveis ou flutuantes (Brasil, 2015, p. 189).

³⁹ Operação na qual a parcela principal da ação envolve aeronaves embarcadas (Brasil, 2015, p. 189).

⁴⁰ Realizadas por meios navais, aeronavais ou de fuzileiros navais, em conjunto ou isoladamente, para executar uma ou mais das seguintes tarefas: destruir ou neutralizar forças navais, aéreas ou terrestres e meios empregados nas comunicações marítimas do inimigo; interditar comunicações terrestres; reduzir a resistência em terra; destruir ou danificar objetivos em terra e ao largo do litoral (Brasil, 2017, p. 3-2).

⁴¹ Operação que consiste na execução de ações ativas e passivas que visem a reduzir ou controlar a ameaça constituída pelas minas já lançadas pelo inimigo (Brasil, 2015, p. 191).

⁴² Compreende a aproximação do território inimigo por forças navais, inclusive com meios que caracterizam uma operação anfíbia, sem o efetivo desembarque de tropa (Brasil, 2015, p. 87).

implementar as sanções econômicas determinadas pelas Resoluções da ONU previamente aprovadas; produzir uma capacidade defensiva robusta para impedir novos ataques de Saddam Hussein; proteger o território saudita; formar uma coalizão com diversos países regidas pelos planos operacionais, e, finalmente, expulsar os invasores iraquianos (EUA, 1992).

Desse modo, o CENTCOM estabeleceu o Conceito da Operação⁴³ e deu início ao planejamento minucioso dos engajamentos. A primeira equipe de forças militares deveria fixar-se no TO para coibir uma ofensiva iraquiana por terra e proteger portos e aeroportos estratégicos ao largo da costa superior saudita. As forças navais seriam responsáveis por isolar a região realizando OIM, impondo o embargo determinado pelo CSNU (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Nota-se que diversas ações decorrentes do Plano Operacional "Tempestade no Deserto" foram instituídas antes mesmo do início da *Desert Storm* e ocorreram durante a Operação Escudo no Deserto. Entre essas ações, destaca-se a formação da coalizão internacional, a implementação das OIM pelo NAVCENT e o suporte logístico fornecido pela marinha, que propiciou a mobilização e a sustentação de uma força defensiva imponente nas proximidades do TO.

Dessa forma, entre os objetivos operacionais delineados no Plano Operacional, a Operação *Desert Storm* concentrava-se em alcançar o objetivo final de expulsar os invasores iraquianos. Esse objetivo demandava um engajamento direto e intensivo de forças em combate, garantindo a retomada do território ocupado e a restauração da soberania kuwaitiana.

Para o cumprimento desse objetivo, foram instituídas quatro fases. As três primeiras demandavam uma postura mais ativa da Força Aérea, enquanto a última dependia de um esforço maior dos contingentes terrestres formados por militares dos Exércitos dos países constituintes (EUA, 1992).

Por conseguinte, a primeira fase da *Desert Storm* restringia-se ao bombardeio estratégico; a segunda fase destinava-se a obter a superioridade aérea no TO; à terceira fase caberiam os preparativos para penetração das tropas e, na última fase, seria realizada a ofensiva terrestre (EUA, 1992).

⁴³ Exposição verbal ou escrita por meio da qual o comandante de uma força expõe aos comandos subordinados como visualizar a execução de toda operação (Brasil, 2015, p. 68).

O NAVCENT, nas duas primeiras fases, projetava auxiliar a realização das operações aéreas, estabelecer Operações de Contramedidas de Minagem e efetuar investidas a instalações costeiras. A terceira fase do plano incluía uma ofensiva contra as forças terrestres opositoras, mantendo as operações das fases anteriores. Na fase final, além de demonstrações anfíbias na área de operações do Kuwait, a Força Tarefa Anfíbia (ForTarAnf)⁴⁴ deveria estar pronta para executar operações anfíbias perto da costa kuwaitiana, continuando simultaneamente as atividades das fases anteriores (EUA, 1992).

À luz dos fatos, o NAVCENT e o MAECENT tinham as seguintes missões principais, respectivamente: apoiar a campanha aérea e convencer Saddam de que os aliados pretendiam lançar um assalto anfíbio no seu flanco esquerdo. Mesmo que o General Schwarzkopf não tivesse intenção de fazer isso, uma ameaça anfíbia credível prenderia forças substanciais iraquianas na costa (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Cabe destacar que, nas vésperas da eclosão da operação *Desert Storm*, a armada naval da coalizão contava com mais de 150 navios de 14 nações. A USN contribuiu com 108 desses navios, incluindo cinco grupos de batalha de porta-aviões, dois navios de guerra e 13 submarinos. Enquanto isso, o MARCENT incluía 24 mil fuzileiros navais, uma variedade de embarcações de desembarque, suportados por seis navios logísticos de combate, um navio de reparo e sete navios comerciais. (Marolda; Schneller Jr., 1998).

A disposição naval também incluía forças de guerra especial, batalhões de construção, unidades médicas, manipuladores de carga, navios e aeronaves logísticas, unidades de eliminação de explosivos por meio de *Explosive Ordnance Disposal* (EOD)⁴⁵, navios de CMM, unidades de salvamento e reparo e forças de defesa do porto (EUA, 1992).

Logo, no que tange à preparação para a Operação Tempestade no Deserto, o Plano Operacional, testado excessivamente pelas forças norte-americanas, tinha como objetivos aplicar sanções econômicas, defender a península arábica, formar

⁴⁴ Força organizada por tarefas, constituída por uma Força Naval, abrangendo unidades navais e aeronavais, e por uma Força de Desembarque, criada para realizar uma Operação Anfíbia (Brasil, 2015, p. 124).

⁴⁵ É um conjunto de procedimentos e técnicas usados para detectar, identificar, neutralizar e remover munições explosivas perigosas (EUA, 2017).

uma eficiente coalizão, implementados durante a *Desert Shield*, e, principalmente, expulsar as forças iraquianas do Kuwait, empregando, para isso, uma estratégia que incluía fases de bombardeio estratégico, supremacia aérea, preparação para inserção de tropas terrestres e uma ofensiva terrestre.

4.2 OPERAÇÕES AÉREAS E AERONAVAIS

A USN participou de forma efetiva para a obtenção da superioridade aérea e destruição da infraestrutura militar iraquiana. O objetivo principal era alcançar a superioridade aérea e destruir a infraestrutura militar do Iraque, o que foi realizado principalmente através das operações conduzidas por grupos de batalha de porta-aviões (Atkinson, 1993).

Antes de iniciar as operações no Kuwait, o General Schwarzkopf planejava organizar grande parcela das forças sob o comando da Força Aérea Componente Conjunta, incluindo unidades da Força Aérea, Marinha e Corpo de Fuzileiros Navais. Para essa função, o General Horner foi designado, assumindo o controle de muitas dessas unidades, com algumas exceções. O NAVCENT resistiu ao controle do JFACC sobre suas aeronaves devido a divergências filosóficas em relação à operação e preocupações sobre a eficácia e os precedentes que isso poderia estabelecer para futuras operações (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Além disso, o NAVCENT enfrentou desafios ao adaptar-se ao ritmo acelerado da Operação Tempestade no Deserto, sendo forçada a abandonar ataques coordenados com múltiplos porta-aviões devido à dificuldade de organização. Acostumada a realizar operações de contingência em pequena escala, a USN não possuía um sistema para planejar e dirigir campanhas aéreas sustentadas e nem mecanismos para planejar ataques integrados de mais de um porta-aviões. Consequentemente, foi necessário se adaptar ao sistema de ATO do JFACC, o que foi um processo desafiador, pois o sistema era complexo e rígido, diferente da tradição naval de operações independentes e doutrinas flexíveis (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Ademais, o planejamento de ataques aéreos pelo NAVCENT também foi prejudicado em função da transição de Comando e da falta de pessoal de alto nível. Somado a isso, adaptações e fricções entre as forças navais e da Força Aérea destacaram desafios de interoperabilidade.

Outrossim, uma das maiores preocupações do Almirante Arthur, então Comandante do NAVCENT, eram os possíveis ataques aéreos por aviões armados com mísseis antinavio. Havia um temor de que, caso Saddam Hussein decidisse atacar, ele poderia afundar navios norte-americanos. Para mitigar essa ameaça, a coalizão montou uma defesa aérea formidável, monitorando constantemente o espaço aéreo e mantendo patrulhas aéreas de combate para interceptar aeronaves inimigas (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Graças ao esforço defensivo aéreo, a ameaça aérea foi neutralizada após um único incidente significativo, quando caças foram abatidos por pilotos da Força Aérea Saudita. Esse evento destacou a eficácia e a complexidade da coordenação entre sistemas de radar naval e o *Airborne Warning and Control System (AWACS)*⁴⁶ da Força Aérea. A evacuação de aeronaves iraquianas para o Irã significou a derrota total da força aérea inimiga (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Outro episódio importante foi a "Batalha do Canal de Bubiyan", quando aeronaves da coalizão detectaram e destruíram várias embarcações de combate iraquianas que tentavam fugir para o Irã, eliminando uma forte ameaça naval do inimigo, permitindo à coalizão estabelecer controle marítimo no norte do Golfo Pérsico e prosseguir com operações costeiras (Marolda; Schneller Jr., 1998).

A campanha aérea inicial da Tempestade no Deserto, conhecida como "*Desert Storm Air Campaign*", durou cerca de seis semanas e foi fundamental para alcançar a superioridade aérea. Esta fase preparou o terreno para a ofensiva terrestre, reduzindo significativamente a capacidade de combate do Iraque e desmoralizando suas forças armadas (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Diante do exposto, observamos que a USN contribuiu para o alcance da superioridade aérea e destruição da infraestrutura militar de Saddam Hussein, apesar de enfrentar desafios significativos, como a coordenação e adaptação ao sistema de planejamento do JFACC. As operações aéreas incluíram ataques a sistemas de defesa aérea, centros de comando e linhas de suprimento, desorganizando a coordenação militar iraquiana e enfraquecendo suas capacidades defensivas (Marolda; Schneller Jr., 1998).

⁴⁶ Sistema de vigilância aérea e comando de controle instalado em aeronaves, como o Boeing E-3 Sentry. Equipado com um radar avançado, o AWACS é capaz de detectar, rastrear e identificar aeronaves a longas distâncias, além de coordenar operações aéreas em tempo real.

Assim, a coalizão neutralizou a ameaça aérea, demonstrando eficaz e complexa coordenação entre sistemas de radar naval e AWACS, e preparou o terreno para a ofensiva terrestre mediante uma campanha aérea que perdurou por pouco mais de um mês.

4.3. APOIO DE FOGO⁴⁷ NAVAL (AFN) E CONTRAMEDIDA DE MINAGEM

Enquanto o JFACC conduziu a campanha aérea, o NAVCENT preparou o campo de batalha a partir do mar. Tendo neutralizado as ameaças de navios de superfície e aéreas iraquianas no norte do Golfo, os navios dos EUA e aliados avançaram para a próxima fase da campanha marítima do Almirante Arthur (Marolda; Schneller Jr., 1998).

À medida que as forças terrestres aliadas se posicionavam para atacar o flanco ocidental do exército de Saddam, as forças navais se deslocaram para o norte do Golfo Pérsico para conduzir operações de combate que fixavam a atenção iraquiana na costa. Essas operações incluíam bombardeios aéreos e de superfície contra tropas, fortificações costeiras, locais de artilharia e baterias de mísseis. Navios de guerra dos EUA lançaram mísseis Tomahawk guiados por sistemas de orientação inercial giroscópicos que permitiram navegar pelo terreno até Bagdá. Ao chegarem à capital iraquiana, os mísseis utilizaram câmeras de vídeo a bordo para identificar os alvos (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Nesse contexto, as ações iniciais mediante AFN focaram em instalações de Comando e Controle⁴⁸ (C2), de radares e de sistemas de guerra eletrônica⁴⁹. Após o início da ofensiva terrestre, os alvos passaram a ser pontos de artilharia, depósitos de munição e bases de apoio logístico (EUA, 1992). A ofensiva naval forçou os navios iraquianos a se dispersarem e permanecerem em movimento constante, reduzindo sua eficácia e contribuindo significativamente para o sucesso geral da campanha (Marolda; Schneller Jr., 1998).

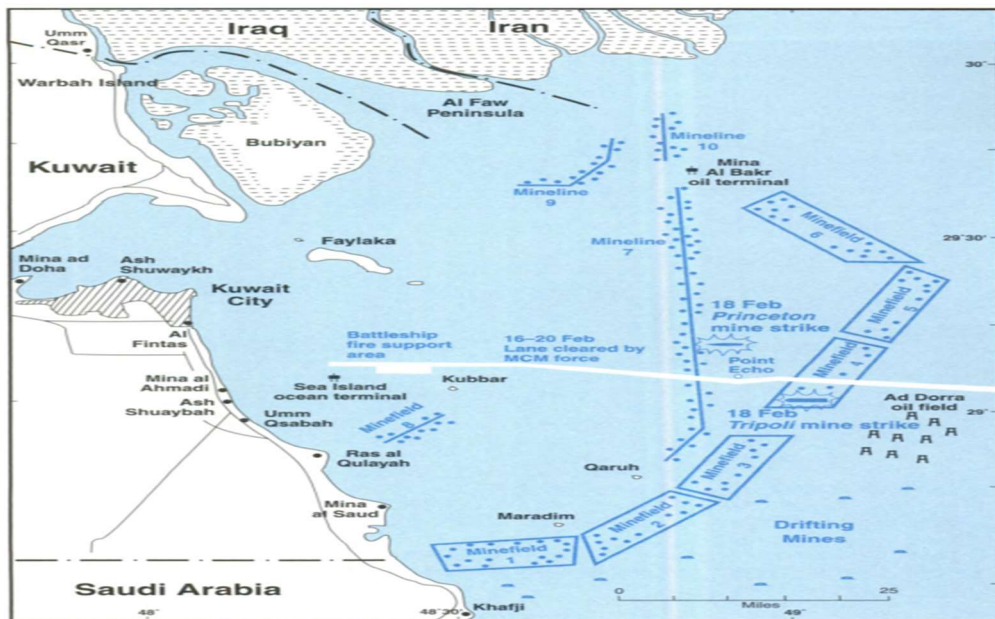
⁴⁷ Ato ou efeito de fogo sobre determinados alvos ou objetivos, realizado por elemento, unidade ou força, para apoiar ou proteger outros elementos, unidade ou força (Brasil, 2015, p. 29).

⁴⁸ Ciência e arte que trata do funcionamento de uma cadeia de comando. (Brasil, 2015, p. 65).

⁴⁹ Conjunto de ações que visam explorar as emissões do inimigo, em toda a faixa do espectro eletromagnético, com a finalidade de conhecer a sua ordem de batalha, intenções e capacidades, e, também, utilizar medidas adequadas para negar o uso efetivo dos seus sistemas, enquanto se protege e utiliza, com eficácia, os próprios sistemas (Brasil, 2015, p. 135).

Apesar de serem uma estratégia de distração, as operações de AFN envolveram riscos reais, pois, nos seis meses após a invasão do Kuwait, os navios iraquianos haviam criado defesas formidáveis com minas marítimas. O campo minado mais externo cobria cerca de 24% do norte do Golfo Pérsico, com mais de 1.200 minas dispostas em um arco de 150 milhas de extensão. A figura 6 ilustra o posicionamento e as áreas abrangidas pelos campos minados.

Figura 6 – Posicionamento e as Áreas Abrangidas pelos Campos Minados.



Fonte: Marolda; Schneller Jr., 1998.

Agravando a situação, o planejamento inicial das operações de CMM foi prejudicado pela *Royal Navy*⁵⁰, que fornecia uma parte significativa dos recursos necessários para essa função, não aprovando os planos de proximidade ao Kuwait elaborados pela USN (Elleman; Paine, 2008).

Contudo, a fim de proporcionar a segurança das rotas de navegação e a livre movimentação das Forças da coalizão, as operações de CMM foram realizadas com a utilização de EOD e navios caça-minas especializados, que trabalharam em conjunto para detectar, identificar e remover as minas, assegurando que as vias marítimas permanecessem abertas e seguras para o trânsito das forças navais e para o contínuo apoio logístico às operações militares (Cordesman, 2003).

⁵⁰ Termo utilizado para referenciar a Marinha britânica.

Em face das intensas e contínuas operações de CMM, as Forças da coalizão operaram com segurança na área do Golfo Pérsico. A remoção eficaz das minas viabilizou a manutenção das rotas de suprimento marítimas, o que foi essencial para o suporte logístico das forças aliadas, incluindo o reabastecimento de navios de guerra e a entrega de equipamentos e suprimentos necessários para a sustentação das operações militares (EUA, 1992).

Finalmente, podemos concluir que as ações de AFN e as operações CMM desempenharam uma função muito importante durante a Operação *Desert Storm*. Enquanto o AFN incluiu o ataque às tropas do Iraque dispostas na costa kuwaitiana, instalações de C2, elementos de guerra eletrônica, operações CMM, essenciais para afiançar a segurança das rotas de navegação e o suporte logístico, envolveram a utilização de tecnologia avançada e mergulhadores especializados para remover minas navais, propiciando a liberdade de movimento das forças aliadas.

Desse modo, essa campanha naval sustentada contra o Iraque afiançou o sucesso das operações aéreas e terrestres subsequentes.

4.4 OPERAÇÕES DE DEMONSTRAÇÃO ANFÍBIAS

O objetivo das operações de demonstração anfíbias era facilitar possíveis desembarques anfíbios e diversões⁵¹, criando incerteza e confusão nas forças iraquianas. Para isso, navios de assalto anfíbio e unidades de fuzileiros navais dos Estados Unidos foram posicionados estrategicamente para realizar operações de demonstração e estar prontos para um desembarque se necessário (Marolda; Schneller Jr., 1998).

A execução dessas operações envolveu a mobilização de uma ForTarAnf significativa, incluindo diversos navios, que transportavam fuzileiros navais, veículos anfíbios e equipamentos de desembarque. As unidades de fuzileiros navais a bordo desses navios realizaram exercícios de preparação e simulações de desembarque que foram visíveis para as forças iraquianas, reforçando a percepção de uma iminente invasão anfíbia (Brown, 1998).

⁵¹ Ações realizadas com o propósito de distrair o inimigo, ocultando alguma outra ação, geralmente de maior envergadura (Brasil, 2015, p. 94).

A ameaça de uma operação anfíbia serviu como um meio de dissimulação, mantendo as forças iraquianas dispersas ao longo da costa kuwaitiana e impedindo que se concentrassem em áreas críticas, o que diluiu sua capacidade de resistência. (EUA, 1992).

O impacto dessas operações de demonstração anfíbias foi amplamente reconhecido como um fator-chave para o êxito da campanha terrestre, facilitando a rápida e eficaz ofensiva das forças da coalizão no interior do Kuwait. A capacidade de manter as forças iraquianas dispersas e desorientadas resultou na diminuição da resistência e acelerou a vitória da coalizão contra o Iraque (Marolda; Schneller Jr., 1998).

Portanto, as operações de demonstração anfíbias realizadas pelo MARCENT, envolvendo navios de assalto e fuzileiros navais, foram fundamentais para criar incerteza e confusão nas forças iraquianas. Os exercícios visíveis e simulações de desembarque induziram o Iraque a dispersar suas tropas ao longo da costa, diluindo sua capacidade de resistência em outras áreas. A ameaça percebida de uma invasão anfíbia, apoiada por operações de guerra eletrônica e inteligência, permitiu o sucesso da ofensiva terrestre da coalizão, facilitando uma rápida e eficaz incursão no interior do Kuwait e contribuindo para a vitória final da campanha.

5 AS TBPN E AS TAREFAS DO NAVCENT E MARCENT

Nos capítulos anteriores, analisamos as ações desenvolvidas pelo NAVCENT e pelo MARCENT durante as Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*. Este capítulo pretende verificar as principais similaridades e diferenças entre essas ações e as Tarefas Básicas do Poder Naval associadas à defesa nacional, estabelecidas nos FDM.

Para alcançar esse objetivo, iniciaremos por identificar as tarefas correspondentes às ações realizadas pelo NAVCENT e pelo MARCENT, com base nas Funções Essenciais do Poder Naval dos EUA, cuja Marinha é amplamente reconhecida pela capacidade de cumprir o maior número de missões (Caiado, 2024). Em seguida, faremos uma comparação dessas “funções essenciais” com as TBPN, apontando semelhanças e diferenças que possam existir.

Dessa forma, iniciaremos este capítulo com uma breve revisão das ações desenvolvidas pelo NAVCENT e pelo MARCENT, relacionando-as às FEPN dos EUA. Posteriormente, destacaremos as similaridades e divergências dessas com as TBPN.

5.1 AÇÕES DO NAVCENT E DO MARCENT EM FUNÇÕES ESSENCIAIS

Durante as Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, o NAVCENT e o MARCENT desempenharam várias ações-chave que podem ser associadas às Funções Essenciais do Poder Naval dos EUA. Assim, revisaremos as ações dessas forças componentes e as relacionaremos às FEPN correspondentes.

5.1.1 OIM e Bloqueio

Entre as principais ações do NAVCENT na Operação *Desert Shield* destacam-se as OIM e o bloqueio, que possibilitaram a imposição das sanções econômicas ao Iraque e impediram o reabastecimento das Forças iraquianas. Essas operações envolveram a inspeção de milhares de embarcações, garantindo que o fluxo de suprimentos e recursos para o Iraque fosse severamente restringido.

Desse modo, essas ações estão relacionadas com a função essencial de "Controle do Mar", pois as OIM e bloqueio naval impostos, com o emprego de uma grade frota naval na região do Golfo Pérsico, garantiu o domínio marítimo pelas forças da coalizão ao mesmo tempo que impedia o uso do mar pelo inimigo, interrompendo suas linhas de abastecimento e enfraquecendo sua capacidade de sustentação.

5.1.2 Apoio Logístico

Outra ação importante associada à função essencial "Controle do Mar" foi o apoio logístico, onde o NAVCENT, utilizando navios escoltas destacados para compor os comboios de transporte, assegurou a livre navegação e a chegada segura dos suprimentos críticos para a manutenção das operações terrestres e aéreas. Essa proteção afastou a possibilidade de ataques iraquianos, garantindo que os recursos chegassem aos seus destinos sem interrupções.

5.1.3 Presença Naval

Além disso, a presença constante e visível das forças navais no Golfo Pérsico, incluindo a mobilização de cinco grupos de batalha de porta-aviões e diversos submarinos, serviu como um elemento de dissuasão significativo contra quaisquer avanços adicionais das forças iraquianas, principalmente para a Arábia Saudita. Essa demonstração de força, observada mesmo antes do início da Operação *Desert Shield*, relaciona-se com a função essencial "Dissuasão".

A posição estratégica dos porta-aviões, junto com suas operações contínuas de patrulhamento e vigilância, não só assegurou rotas marítimas contra possíveis ameaças, mas também estabeleceu um controle efetivo sobre o espaço marítimo que poderia ser utilizado como um teatro para operações ofensivas. A capacidade de lançar ataques contra alvos terrestres ou marítimos aumentou significativamente a capacidade de dissuasão, influenciando as decisões estratégicas do Iraque e limitando suas opções de manobra.

5.1.4 Operações Aéreas e Aeronavais

O NAVCENT desempenhou um papel importante em campanhas aéreas e aeronavais destinadas a destruir a infraestrutura militar iraquiana e alcançar superioridade aérea. Essas operações, diretamente relacionadas à função essencial "Projeção de Poder", utilizaram a força naval para impactar significativamente as capacidades do inimigo em terra com ataques aéreos precisos que destruíram centros de comando e controle, depósitos de munição e infraestruturas críticas como pontes e estradas, dificultando a capacidade do Iraque de coordenar suas forças e manter suas linhas de suprimento. A destruição de bases aéreas e sistemas de defesa antiaérea também garantiu a superioridade aérea, permitindo que as forças da coalizão operassem com menos resistência e maior liberdade de movimento.

5.1.5 Apoio de Fogo Naval

Além das operações aéreas e aeronavais, o Apoio de Fogo Naval, utilizando mísseis Tomahawk e artilharia naval destruiu alvos terrestres estratégicos, posições de artilharia inimiga, *bunkers* fortificados e concentrações de tropas, proporcionando um suporte para as forças terrestres. Essa ação não apenas enfraqueceu as defesas iraquianas, mas também facilitou o avanço seguro das tropas aliadas, cumprindo a função essencial "Projeção de Poder".

O AFN também foi utilizado para neutralizar as ameaças iraquianas advindas de seus navios de superfície, assegurando a liberdade de navegação no golfo pérsico e a penetração das forças navais dos EUA com porta-aviões de onde partiram aeronaves que atacaram alvos estratégicos iraquianos, demonstraram a importância da função essencial "Acesso Operacional"

5.1.6 Operações de Contramedidas de Minagem

As Operações de CMM envolveram o uso de navios caça-minas, helicópteros equipados com sistemas de detecção de minas e mergulhadores especializados em desativação de explosivos. Mediante essas operações, foi possível a remoção das minas marítimas colocadas pelo Iraque, que representavam uma ameaça significativa

ao tráfego naval na região do Golfo Pérsico, e garantir que as rotas de navegação fossem limpas de minas, permitindo a movimentação segura de navios de suprimento e forças de combate.

Dessa maneira, estas ações se alinham à função essencial "Acesso Operacional", uma vez que foram fundamentais para assegurar a liberdade de navegação e a segurança das forças navais. A remoção das minas possibilitou a continuidade das operações logísticas e militares, eliminando o risco de detonações, e garantiu que as ações relacionadas à "Projeção de Poder" fossem realizadas.

5.1.7 Operações de Demonstração Anfíbias

O MARCENT, por sua vez, concentrou-se principalmente em operações de demonstração anfíbias, que envolviam a complexa preparação e execução de desembarques para apoiar a ofensiva terrestre. Essas operações incluíram a mobilização de unidades de assalto anfíbio, veículos de desembarque e apoio aéreo para garantir a inserção bem-sucedida de forças em território inimigo. Esta ação demonstra claramente a Projeção de Poder, mostrando a capacidade de projetar força do mar para a terra.

Após a revisão das ações desenvolvidas pelo NAVCENT e pelo MARCENT durante as Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, foi possível associá-las em Funções Essenciais do Poder Naval dos EUA. Nesse sentido, essas ações podem ser resumidas nas funções essenciais "Controle do Mar", "Projeção de Poder", "Dissuasão" e "Acesso Operacional", que consideraremos como as tarefas básicas realizadas pela NAVCENT e MARCENT.

5.2 COMPARAÇÃO DAS TAREFAS

Nesta seção, identificaremos as similaridades e diferenças entre as Tarefas Básicas do Poder Naval e as realizadas pelas forças navais norte-americanas durante as operações *Desert Shield* e *Desert Storm*.

5.2.1 Controle do Mar e Negação do Uso do Mar

No contexto das Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, o "Controle do Mar" pelo NAVCENT incluiu OIM, apoio logístico e contramedidas de minagem. Essas operações garantiram a segurança e a liberdade de navegação, além de impedir o uso do mar pelo inimigo. Comparando com as TBPN, encontramos duas tarefas equivalentes: "Controle de Áreas Marítimas" e "Negar o Uso do Mar", que também visa assegurar o domínio marítimo e impedir que o inimigo utilize essas áreas para seus próprios fins.

5.2.2 Projeção de Poder

A "Projeção de Poder" do NAVCENT e do MARCENT foi evidenciada por meio das operações aéreas e aeronavais, Apoio de Fogo Naval e operações de demonstração anfíbias. Essas ações permitiram atacar alvos estratégicos em terra, apoiar as forças terrestres e executar desembarques em território inimigo. No Brasil, a TBPN correspondente é "Projeção de Poder", que também envolve o uso da força naval para impactar as capacidades do inimigo e apoiar operações terrestres. As similaridades entre essas tarefas destacam a universalidade da projeção de poder como um componente imprescindível das operações navais.

5.2.3 Dissuasão e Acesso Operacional

A "Dissuasão" e o "Acesso Operacional", presentes ao longo das Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, são funções essenciais no contexto das operações navais dos EUA, mas não são explicitamente listadas como TBPN do Brasil. A presença constante e visível das forças navais dos EUA no Golfo Pérsico, incluindo a mobilização de grupos de batalha de porta-aviões e submarinos, serviu como uma forma eficaz de dissuasão contra os avanços inimigos.

O "Acesso Operacional", por sua vez, que se refere à capacidade de projetar força em áreas contestadas, ficou evidente nas ações do NAVCENT para neutralizar ameaças e manter a liberdade de navegação no Golfo Pérsico. Apesar de não ser uma TBPN específica no Brasil, a habilidade de operar em áreas disputadas é um

aspecto valorizado e implícito nas tarefas de controle de áreas marítimas e projeção de poder.

Finalmente, a comparação entre as tarefas do NAVCENT e do MARCENT durante as Operações *Desert Shield* e *Desert Storm* e as TBPN associadas à defesa nacional conforme os FDM revelou uma forte correlação com "Negar o Uso do Mar", "Controlar Áreas Marítimas" e "Projeção de Poder".

Por outro lado, embora as funções de "Dissuasão" e "Acesso Operacional" não sejam explicitamente listadas como TBPN no Brasil, elas desempenharam papéis importantes no conflito analisado.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo verificar as similaridades e diferenças entre as tarefas executadas pelo NAVCENT e pelo MARCENT durante as Operações Escudo do Deserto e Tempestade no Deserto e as TBPN do Brasil relacionadas à defesa nacional.

Para atingir esse propósito, apresentamos, no referencial teórico, os conceitos da publicação *Joint Campaigns and Operations* que destacam a importância da coordenação integrada entre forças militares nos níveis estratégico, operacional e tático, e, também, as Funções Essenciais do Poder Naval dos EUA "Acesso Operacional", a "Dissuasão", o "Controle do Mar", a "Projeção de Poder", que são relacionadas à defesa nacional, constantes na publicação *Joint Maritime Operations*.

Adicionalmente, apresentamos, conforme os FDM, os quatro Campos de Atuação do Poder Naval, em especial o "Defesa Naval", e as três Tarefas Básicas do Poder Naval associadas à defesa nacional: "Negar o Uso do Mar", "Controlar Áreas Marítimas" e "Projetar Poder". Nesse momento, constatamos que a função essencial dos EUA "Operações de Controle do Mar" possui um sentido amplo, abrangendo tanto a "Negação do Uso do Mar" quanto o "Controle de Áreas Marítimas". Ou seja, tal função essencial não apenas visa garantir o domínio marítimo para as próprias forças, mas também impedir que o inimigo utilize essas áreas para seus próprios fins.

Em seguida, estudamos as ações do NAVCENT durante a Operação *Desert Shield*, após a invasão do Kuwait pelo Iraque, que num primeiro colaborou para a mobilização de forças da coalizão, sob o comando do CINCCENT, General Schwarzkopf, estruturadas para maximizar a interoperabilidade e a eficácia operacional, seguindo as diretrizes do *Act Goldwater-Nichols*, coordenando operações conjuntas com aliados sauditas.

Além disso, observamos a relevância das Operações Interdição Marítima e bloqueio naval, essenciais para impedir o fluxo de suprimentos e reforços ao Iraque, que enfraqueceram significativamente as capacidades inimigas. Lideradas pelo NAVCENT, essas ações demonstraram a eficácia das sanções econômicas da ONU e o isolamento internacional do Iraque.

Outro aspecto abordado, foi o apoio logístico com o transporte marítimo de tropas, equipamentos e suprimentos para a Arábia Saudita que sustentou as

operações militares no Teatro de Operações, destacando a capacidade logística e a coordenação das forças navais da coalizão, preparando o terreno para a Operação *Desert Storm*.

Na análise da atuação do NAVCENT e do MARCENT na Operação *Desert Storm*, observamos que o planejamento foi centrado na adaptação do OPLAN 1002-90, resultando no Plano Operacional adotado da campanha, que estabeleceu objetivos operacionais, incluindo a imposição das sanções econômicas, a defesa da Arábia Saudita, a formação de uma coalizão internacional e expulsão das forças iraquianas. Contribuindo para o cumprimento desses objetivos, o NAVCENT teve importante participação na obtenção da superioridade aérea, apesar dos desafios de coordenação com o JFACC.

Durante a *Desert Storm*, observamos, ainda, a importância do NAVCENT ao implementar uma campanha marítima por meio de Apoio de Fogo naval, com a utilização de artilharia naval para atacar posições iraquianas; Contramedidas de Minagem, que garantiram a segurança das rotas de navegação, permitindo a livre movimentação das forças da coalizão; e a importância do MARCENT mediante as operações de demonstração anfíbias, que criaram confusão nas forças iraquianas, dispersando suas tropas ao longo da costa e facilitando a ofensiva terrestre da coalizão.

Após analisar a atuação do NAVCENT e MARCENT no decorrer das Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, correlacionamos as tarefas básicas realizadas por esses Componentes com as TBPN associadas à defesa nacional. Para tal, inicialmente, associamos as ações realizadas pelas forças navais norte-americanas às funções essenciais conforme a JP 3-32, quando foram identificadas as seguintes funções essenciais: "Controle do Mar", "Projeção de Poder", "Dissuasão" e "Acesso Operacional".

Na sequência, comparamos essas funções essenciais com as TBPN relacionadas à defesa nacional, conforme os FDM buscando identificar semelhanças e diferenças entre as ações desenvolvidas pelas forças navais norte-americanas e as tarefas básicas estabelecidas na doutrina brasileira.

Quanto às "Operações de Controle do Mar", que garantiram a segurança da navegação e impediu o uso do mar pelo inimigo por meio de Operações de Interdição

Marítima, apoio logístico e contramedidas de minagem, observamos equivalência com as TBPN "Controle de Áreas Marítimas" e "Negar o Uso do Mar".

No que diz respeito à "Projeção de Poder", que foi evidente nas operações aéreas e aeronavais, apoio de fogo naval e operações anfíbias, permitindo ataques a alvos estratégicos e apoio às forças terrestres, identificamos ampla similaridade com a TBPN "Projeção de Poder".

Por outro lado, embora não listadas como TBPN, a "Dissuasão" e o "Acesso Operacional" foram empregados durante as operações Escudo do Deserto e Tempestade no Deserto. A presença das forças navais dos EUA no Golfo Pérsico atuou como dissuasão contra avanços inimigos, enquanto o "Acesso Operacional" foi observado por meio da projeção de força em áreas contestadas, com emprego das operações de CMM e de demonstração anfíbias.

Por fim, a análise da atuação do NAVCENT e do MARCENT durante as Operações *Desert Shield* e *Desert Storm* revela uma substancial correspondência com as Tarefas Básicas do Poder Naval, especialmente nas áreas de "Controle de Áreas Marítimas", "Negar o Uso do Mar" e "Projeção de Poder". Contudo, a ausência das funções de "Dissuasão" e "Acesso Operacional" nas TBPN, presentes na doutrina norte-americana, aponta diferenças nas abordagens das duas marinhas. Tais divergências podem ser reflexo das distintas necessidades estratégicas e ameaças percebidas por cada nação, dado que o Brasil mantém historicamente uma postura mais defensiva e menos envolvida em conflitos externos em comparação com os Estados Unidos. Esta disparidade sugere que a doutrina brasileira poderia beneficiar-se da incorporação mais explícita de elementos como "Acesso Operacional" e "Dissuasão", caso entenda que o cenário de segurança global exija uma postura mais ofensiva e intimidadora.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Rick. **Crusade: The Untold Story of the Persian Gulf War**. Boston: Houghton Mifflin, 1993.

BAKER, Sinéad. Most powerful navies in the world in 2023 ranked by the number of ships and submarines. **Business Insider**, 06 Ago 2023. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/most-powerful-navies-in-world-in-2023-ranked-ships-submarines-2023-8>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-305. **Doutrina Militar Naval**. 1. ed. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2017.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-301. **Fundamentos Doutrinários da Marinha**. 1. ed. Brasília-DF: Marinha do Brasil, 2023a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-310. **Estratégia de Defesa Marítima**. 1. ed. Brasília-DF: Marinha do Brasil, 2023b.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD35-G-01. **Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD30-M-01. **Doutrina de Operações Conjuntas**, v.1. Brasília-DF: Ministério da Defesa, 2020.

BROWN, Ronald J. **With Marine Forces Afloat in Desert Shield and Desert Storm**. History and Museums Division, Headquarters, U.S. Marine Corps, 1998. E-book. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=x95HXyE1E8AC&pg=GBS.PP1&hl=pt>. Acesso em: 24 jul. 2024

CAIADO, Antônio. O gigante e o aspirante: comparando os poderes navais dos EUA e da Rússia. **Jornal Opção**, 03 jul. 2024. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-geral/geopolitica/o-gigante-e-o-aspirante-comparando-os-poderes-navais-dos-eua-e-da-russia-617823/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CARPENTER, Mason. **Joint Operations in the Gulf War: An Allison Analysis**. Alabama, 1994. Disponível em: <<https://fas.org/man/eprint/carpente.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CORDESMAN, Anthony H. **The Lessons of Modern War: Volume IV - The Gulf War**. Center for Strategic and International Studies, 2003.

DAVIS, Vincent. **Defense reorganization and national security**. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, v. 517, n. 1, p. 157-173, 1991.

ELLEMAN, B. A.; PAINE, S. C. M. **Naval Coalition Warfare: From the Napoleonic War to Operation Iraqi Freedom**. New York: Routledge, 2008.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U.S. Central Command. **Component-Commands**. Disponível em: <https://www.centcom.mil/ABOUT-US/COMPONENT-COMMANDS/>. Acesso em: 24 jun. 2024a.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U.S. Central Command. **About Us**. Disponível em: <https://www.centcom.mil/ABOUT-US/>. Acesso em: 24 jun. 2024b.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of Defense. **Conduct of the Persian Gulf War: Final Report to Congress**. Arlington: Department of Defense, 1992. Disponível em: <https://ntrl.ntis.gov/NTRL/dashboard/searchResults/titleDetail/ADA249270.xhtml>. Acesso em 24 jul. 2024.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of Defense. **Joint Publication 3-0: Joint Operations**. Washington, DC: Department of Defense, 2011.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of Defense. **Dictionary of military and associated terms**. Washington, DC: Department of Defense, 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 1-0: Joint Personnel Support**. Washington, D.C.: Joint Chiefs of Staff, 2020a.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 5-0: Joint Planning**. Washington, D.C.: Joint Chiefs of Staff, 2020b.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 3-32: Joint Maritime Operations**. Washington, D.C.: Joint Chiefs of Staff, 2021a.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 3-30 Joint Air Operations**. Washington, D.C.: Joint Chiefs of Staff, 2021b.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 3-0: Joint Campaigns and Operations**. Washington, D.C.: Joint Chiefs of Staff, 2022.

FERREIRA, Renato Rangel. **Operações Navais no Século XXI: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul**. 2011. Monografia – Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/451370/1/000006b6.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

FINLAN, Alastair. **The Gulf War 1991**. London: Routledge, 2003.

FRIEDMAN, Norman. Gulf War: The War at Sea. **Defense Media Network**, 11 jan 2022. Disponível em: <https://www.defensemедianetwork.com/stories/gulf-war-the-war-at-sea/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

KARSH, Efraim; RAUTSI, Inari. **Saddam Hussein: A political biography**. Grove Press, 2002.

KREUDER, Gregory. Lead Turning the Fight: The Joint Operational Access Concept and Joint Doctrine. **National Defense University Press**, 2013. Disponível em: https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/jfq/jfq-69/JFQ-69_103-108_Kreuder.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

LACQUEMENT, Richard A. The Gulf War 30 Years Later: Successes, Failures, and Blind Spots. **War on the Rocks**, 2020. Disponível em: <https://warontherocks.com/2020/09/the-gulf-war-30-years-later-successes-failures-and-blind-spots/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MAROLDA, E. J.; SCHNELLER Jr., Robert J. **Shield and Sword: The United States Navy and the Persian Gulf War**. Washington, D.C.: Military Bookshop, 1998.

MATTHEWS, James K.; HOLT, Cora J. **So Many, So Much, So Far, So Fast: United States Transportation Command and Strategic Deployment for Operation Desert Shield/Desert Storm**. [S.l.]. 1992. Disponível em: <https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/History/Monographs/Transcom.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: PublicAffairs, 2004.

SCHWARZKOPF, Norman. **It Doesn't Take a Hero: The Autobiography of General Norman Schwarzkopf**. New York: Bantam, 1993.

TILL, Geoffrey. **Seapower: A Guide for the Twenty-First Century**. 3. ed. London: Routledge, 2022.

VEGO, Milan N. **Naval strategy and operations in narrow seas**. New York: Routledge, 2013.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Guerra do Golfo: uma análise político-estratégica e militar. Rio de Janeiro: **Revista Marítima Brasileira**, v. 112, 1992.